



Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

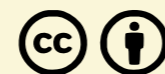
Saúde da população negra em tempos de pandemia

v.32 n.2

Jul-Dez/2022

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES AD HOC v.32 n.2

Rachel Gouveia Passos UFRJ

Jadir Anunciação de Brito UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Bruno Kelly / Reuters (via outraspalavras.net)

Publicação indexada em:

[Latindex](#)

[Portal de Periódicos da Capes](#)

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br


(55) (21) 3938-5386


Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-


Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

 Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.

Sumário

TEMAS LIVRES ARTIGOS 289 Mulheres negras na provisão e distribuição de cuidados no Brasil

Antonio Carlos Oliveira & Thamires da Silva Ribeiro

314 Gênero, Feminismos e Serviço Social: uma análise dos periódicos científicos *Rita de Cássia Santos Freitas, Carla Cristina Lima de Almeida & Ana Lole*

332 Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes *Josimara Aparecida Delgado Baour, Márcia Santana Tavares & Caroline Ramos do Carmo*

DOSSIÊ EDITORIAL 356 Saúde da população negra em tempos de pandemia

Rachel Gouveia Passos & Jadir Anunciação de Brito

DOSSIÊ ENTREVISTA 360 Roberta Gondim *por Rachel Gouveia Passos et alia*

DOSSIÊ ARTIGOS 378 Os Condenados da Covid: Entre velhas e novas iniquidades

Deivi Ferreira da Silva Matos, Daniel de Souza Campos & Ludmila Fontenele Cavalcanti

403 Sofrimento psíquico da população negra brasileira e impactos da pandemia de Covid-19 *Clara Barbosa de Oliveira Santos, Débora Cristina Lopes Santos & Marina Monteiro de Castro e Castro*

423 Violência doméstica contra mulheres no contexto da pandemia da Covid-19: interseccionando realidades *Paola Cordeiro Pessanha Campos et alia*


441 Atenção integral à saúde da mulher: intersecções de gênero e raça *Cristiane Cordeiro da Silva Delfino*


465 População negra, prisão e pandemia: racismo como fator de risco à saúde *Giovanna Canêo & Adeildo Vila Nova Silva*

DOSSIÊ RELATOS DE EXPERIÊNCIA 491 Saúde da População Negra: aquilombamento necessário no Rio de Janeiro *Verônica Caé da Silva Moura et alia*

510 Estratégias coletivas de enfrentamento à Covid baseadas nas práticas tradicionais de cuidado *Luana Azevedo et alia*

521 Saúde e resistência nos territórios quilombolas do Vale do Ribeira Paranaense *Lucilene da Rosa Pereira*

 Você está aqui.

 Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Saúde da População Negra: aquilombamento necessário no Rio de Janeiro

População Negra
Atenção à Saúde
Racismo
Educação em Saúde
Covid-19

O presente texto apresenta a experiência da roda de conversa realizada em 2021, no formato on-line, com participação síncrona gratuita e aberta a todos os interessados devido ao contexto atual da pandemia de Covid-19, sobre saúde da população negra, como uma das ações estratégicas implementadas de combate ao racismo, a partir da escrivência dos atores sociais multiprofissionais em seus espaços de trabalho na rede de atenção à saúde, em esfera federal, do Rio de Janeiro.

**Health of the Black Population:
necessary aquilombamento
in Rio de Janeiro**

This text presents the experience of the panel held in 2021, in the online format with free synchronous participation and open to all interested parties due to the current context of the COVID-19 pandemic, on health of the black population, as one of the strategic actions implemented to combat racism, from the writing of multiprofessional social actors in their work spaces in the health care network, in the federal sphere of Rio de Janeiro.

Negroid Race
Delivery of Health Care
Racism
Health Education
Covid-19





Introdução

O presente texto constitui-se um compilado do conteúdo apresentado e reflexões propostas em uma Roda de Conversa intitulada “Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e os Hospitais Federais: Retrospectivas, Perspectivas e Prospectivas”, atividade apresentada em uma entidade científica no ano de 2021 (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2021). Na ocasião participaram integrantes do Grupo de Estudos sobre Saúde da População Negra Marielle Franco, trabalhadores da saúde do âmbito federal da assistência, da educação e da gestão.

O percurso do que fora realizado e algumas proposições que emergiram no debate em tela, teve como alvo o fortalecimento da luta pela implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN (BRASIL, 2009) no âmbito dos hospitais federais e órgão gestores, em articulação com as demais esferas de governo, movimentos da sociedade civil, universidades e com a população em geral.

Tendo como objetivo geral a promoção da “saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS (BRASIL, 2009, s.p.)”, uma das estratégias que podem ser utilizadas como base para efetivação das ações da PNSIPN é a educação permanente e troca de conhecimentos em saúde.

Considerando o contexto mundial vivenciado pelos indivíduos, famílias e comunidades, incluindo o dos profissionais de saúde, com muita luta, sofrimento e descobertas inovadoras desde março de 2020 com a pandemia da Covid-19 (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2021), optou-se pela realização do presente trabalho no formato on-line, que foi possibilitado com maior expressão, amplitude e alcance por meio da participação dos autores em um evento científico e cultural gratuito.

Sob este prisma importa destacar que a população negra se constitui como um grupo populacional historicamente negligenciado (SANTOS *et al.*, 2020). Destarte, no contexto de pandemia da Covid-19, são em número os mais atingidos seja pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação, pela

Chão de fábrica
Não quero ser indiscreta
Mas como chegou até aqui?
Esta fala saiu da boca de um profissional de saúde.
Não caí de paraquedas, fiz um concurso público.
Teve um olhar de espanto, cruzou quase a minha alma.
Olhou-me de cima a baixo, me fuzilando mesmo...
Fingi demência e respondi vim de ônibus
Moro em Realengo peguei o 803
Desci na Taquara, peguei a van que faz ponto final
Na porta da Unidade.
Preferi me fazer desentendida, essa foi minha acolhida.
Tive sorte sim, a oportunidade surgiu, mas como diz meu antigo chefe
O trabalho, a competência e o mérito era meu.
Só queria agregar, compartilhar o que havia aprendido.
E como eu aprendi, não posso negar
O chão de fábrica não pode parar.
Estamos aqui para salvar vidas, cuidar de gente,
A morte nos rodeia a todo instante,
Tentamos fazer de tudo pela cura,
Pelo paciente.
O SUS e a ciência estão aí para nos ajudar
Precisamos ter um olhar de atenção,
Cuidar mais de quem cuida da gente.
Saúde física e mental também para os profissionais
Eles também são gente...
E o que falar da população negra,
A maioria de nossos pacientes, os SUS dependente
Geralmente baixa renda e baixa escolaridade
São pardos e pretos mais de cinquenta por cento da população
Talvez os que mais necessitem de inclusão
Meu eterno questionamento
Quero Saúde e Educação
Comida no prato e um teto
Direitos garantidos pela Constituição.
É preciso investir, insistir, resistir.
Resistência é luta
E o afeto cura.
(CAMPOS, 2021)



inserção em vínculos profissionais frágeis, entre outros fatores condicionantes e determinantes sociais da saúde.

Tais considerações não podem permanecer veladas quando da realização de proposições na luta em favor do Sistema Único de Saúde - SUS, contra o racismo em suas mais diferentes facetas e com atenção integral para a população negra. Sendo assim, a descrição da experiência apresentada a seguir faz parte, também, da escrevivência dos autores como profissionais atuantes em unidades que foram referência para atendimento aos usuários casos suspeitos ou confirmados de Covid-19.

Aquilombamento: uma breve discussão teórica sobre estratégias de sobrevivência e combate ao racismo

O estudo da temática étnico-racial, em especial da população negra, é imprescindível para a compreensão da nossa história no país. A nação foi construída com o suor, as lágrimas, o sangue e os corpos dos homens e mulheres negros (desde a sua chegada forçada em navios negreiros) e que se expressa através do racismo ambiental¹, devido à ausência da equidade em relação ao acesso universal da saúde pública para a população brasileira, principalmente a da população negra. População essa que, em sua maioria, habita em ambientes de vulnerabilidade, em relação às condições insalubres negligenciadas pelo Estado.

Em tempos de pandemia por Covid-19 este descaso ficou mais evidente nos bairros periféricos, nos quais os problemas se materializam às custas da ausência de infraestrutura de transporte público, problemas de recursos humanos da saúde, alto custo das tarifas de transporte para o deslocamento para as áreas distantes centrais, evidentes nas comunidades nas quais residem os usuários e profissionais da saúde pretos e pardos (SANTOS *et al.*, 2020). Desde os tempos do Brasil colonial os espaços de convivência comunitária, sem saneamento básico, contribuem para o alto índice de morte da população negra (JESUS, 2020).

O abandono, ou a precarização dos espaços destinados a este segmento da sociedade, mais do que deslizos ou falhas nos projetos de gestão que se sucedem ao longo de décadas, consiste em uma estratégia sistemática de negação de direitos que visa perpetuar um ciclo de exploração e controle daqueles

que, mesmo sendo reconhecidos formalmente como homens e mulheres livres, ainda se deparam com todos os óbices possíveis para o real exercício de sua liberdade de existir, em primeiro lugar.

Abdias do Nascimento, um dos grandes responsáveis pela oficialização do Dia da Consciência Negra - o 20 de novembro, no Brasil, escreveu que

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação (NASCIMENTO, 2002a, p. 131).

Podemos compreender nos escritos do autor que ele apresenta características determinantes sociais de saúde (COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE, 2008), pois, renda familiar, emprego, moradia, educação, dentre outros, unidos ao acesso aos serviços de saúde, são questões-chave que precisamos discutir para sairmos da visão fragmentada e alcançarmos um olhar ampliado e crítico sobre as condições de vida do negro na sociedade, e que o racismo existente e presente no cotidiano perpassa todas essas áreas, ele é multifacetado.

Seguindo nas bases conceituais propostas por Abdias do Nascimento, a constituição do Estado Brasileiro está alicerçada nas mesmas bases do período Colonial – Império – República, tanto para os africanos no período escravista, quanto para seus descendentes no Brasil dos dias atuais, constituindo-se um Estado “aterrorizador” e “ilegítimo” para pretos e pardos, como diz Abdias (NASCIMENTO, 2002b). Um Estado que de forma velada permite (e pratica) a desumanização e desapropriação de vidas e corpos negros, propiciando no cotidiano social realidades favoráveis aos segmentos elitistas brancos do país.

Em um contexto no qual a lógica capitalista predomina, tendo se consolidado historicamente alimentada pelos espólios de um período escravagista e por todo o racismo legado por este, é importante compreender que

Sobre essa massa, correspondente à maioria da sociedade brasileira, recai a responsabilidade de produzir a riqueza acumulada pelas elites



e o dever de se resignar em um modelo de sobrevivência que não pleiteie mudanças estruturais e tampouco lhe possibilite sonhos que fujam de seu lugar de “braço forte” e “carne barata” (SILVA; CUNHA, 2021 *apud* OLIVEIRA; SILVA, 2021, p. 106).

Estas reflexões nos permitem compreender o quanto “ser negro” em uma sociedade comprovadamente racista constitui um determinante fundamental para análise e intervenção no processo de manutenção e/ou reestabelecimento da saúde no contexto brasileiro.

Pensar e promover ações pela Saúde da População Negra, a partir de uma instituição pertencente a este Estado, coloca-se para os trabalhadores que compõem o Grupo de Estudos sobre Saúde da População Negra - GESPN como, não somente uma, mas “a” estratégia de enfrentamento à forma peculiar e assombrosa do processo adoecer-morrer vivenciado por pretos e pardos, SUS dependentes ou não, alvos do adoecimento social oriundo do racismo que tece a sociedade brasileira.

Fatores que vão desde a violação dos direitos humanos básicos, como Direito à vida, à liberdade, à integridade física, entre outros, até a tentativa de invisibilização e negação sustentada por segmentos da sociedade, inclusive de comunidades científicas a serviço das elites, das particularidades relativas às condições de saúde de pessoas pretas e pardas revelam a urgência de se ampliar os debates e as ações para além dos muros acadêmicos, partindo do cotidiano das instituições que promovem a assistência.

Destarte, destacamos o papel estratégico dos trabalhadores de base da saúde e elegemos o termo “*Aquilombamento*”, entendendo o Quilombo como lugar, tempo e modo de resistência ao genocídio negro, que deve ser tomado como uma herança cultural viva e ativa. Assim, como afirma Abdias: “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 2002b, s.p.).

Como uma refinada rede de pensamentos e atitudes, o racismo diversifica-se a depender do contexto. Ele é “multifacetado em sua existência [...] um fenômeno que merece análises e possibilidades de reação multidimensionais” (RATTS, 2006). Diante desta configuração, como reagir diante de situações



tão duras e violentas, muitas vezes veladas, que o negro pode experimentar em todos os espaços sociais que adentra, incluindo os dos serviços de saúde, que ainda não estão preparados para acolher, respeitando as especificidades individuais e coletivas dessa população, que vive em condição de extrema desigualdade comparada à população branca?

Discutir e aprender juntos, aquilombados!

Contudo, debruçar-se sobre as relações étnico-raciais e a saúde da população negra exige, segundo Teixeira e Flores (2016, p. 174), “troca de conhecimentos, quebra de desconfianças, quebra de estereótipos, e a partir disso, desenvolver um projeto conjunto para construção de uma sociedade justa e igualitária” entre todos os seres humanos - brancos, pardos, amarelos, indígenas e pretos.

“Os quilombos, a princípio comunidades autônomas de escravos fugitivos, converteram-se em importante opção de organização social da população negra e espaço de resgate de sua humanidade, cultura e fortalecimento da solidariedade e democracia” (BRASIL, 2013, p. 9). A definição de quilombo vem sendo modificada ao longo dos tempos na história do Brasil. O quilombo era considerado

um conceito próprio dos africanos bantus, habitantes da África Centro Ocidental e Leste [...] em 1740, o Conselho Ultramarino define quilombo como qualquer e toda habitação que possuísse 5 fugitivos. Entretanto os Quilombos do Brasil, por exemplo, como Palmares, atingiram aproximadamente 20 mil habitantes. O nome original vem de Angola, que em determinado momento da história da resistência angolana queria dizer acampamentos de guerreiros da floresta (NASCIMENTO, 1989 *apud* RATTS, 2006, p. 58).

No decorrer de seu itinerário o quilombo serve como sinal que engloba conotações “de resistência étnica e política. Como instituição, guarda características singulares de seu modelo africano. Como prática política, apregoa ideia de emancipação de cunho liberal” (NASCIMENTO, 1985, p. 48). Aqui reforçamos a utilização dos termos *quilombo* e *aquilombamento* com a acepção ideológica que trazem em si, no sentido de comunidade, de agrupamento e conglomerado de pessoas que batalham por cuidados mais favoráveis de saúde e vida da população negra brasileira.

De acordo com Beatriz Nascimento, quando toma o sentido ideológico do termo, quilombo amplia seu significado que engloba o espaço do ser livre.

[...] um território de liberdade, não apenas referente a uma fuga, mas uma busca de um tempo/espaço de paz [...]. várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação [...]. a terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou (NASCIMENTO, 1989 *apud* RATTS, 2006, p. 59).

Neste sentido, a formação de um Grupo de Estudos Sobre Saúde da População Negra, nos moldes do GESPN – Marielle Franco, só é possível compreendendo sua importância enquanto espaço de aquilombamento entre estes profissionais e enquanto espaço potencializador de estudos e estratégias para rompimento do racismo institucional presente nos aparelhos ligados ao Estado brasileiro e derivado do racismo estrutural no qual ele se conforma².

A Experiência de um Hospital da Rede Pública na Implementação de Ações de Combate ao Racismo

O processo de surgimento da discussão sobre a temática racial num hospital federal do Rio de Janeiro iniciou por meio da experiência do Grupo de Estudos sobre a Saúde da População Negra Marielle Franco, um grupo que emergiu a partir da realização do I Seminário sobre Saúde da População Negra e do trabalho efetivado na unidade para sustentação do debate racial e promoção de ações voltadas à saúde da população negra.

O debate racial ergueu-se nesta unidade hospitalar no ano de 2017, quando uma dupla de assistentes sociais e duas estagiárias identificaram a inexistência da discussão racial e a invisibilidade das especificidades da saúde da população negra na rotina da instituição, o que chamou atenção por ser uma unidade de alta complexidade, situada em uma região do subúrbio carioca e que recebe um número expressivo de cidadãos e cidadãos negros para tratamento de saúde.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2000, s.p.) mostram que 54% da população brasileira é negra (a soma de pretos e pardos) e outros estudos apontam que é o grupo

populacional que sofre cotidianamente as consequências da desigualdade social e é atravessado por questões sociais e históricas determinantes da sua condição de vida e saúde, como distribuição de renda, analfabetismo e menos acesso aos serviços de saúde (INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS, 2002; WERNECK, 2016; MADEIRA; GOMES, 2018).

E a partir da constatação da invisibilidade dessa discussão no hospital foi proposto, por estes assistentes sociais à equipe de Serviço Social e outros trabalhadores de diversos setores, uma atividade no mês de novembro, que levantasse e introduzisse o debate na base de trabalhadores, porém, que alcançasse toda a comunidade hospitalar.

Neste sentido, adotou-se como estratégia um processo participativo que estimulou a reflexão de todos os envolvidos sobre a temática, ou seja, na perspectiva da construção coletiva e incorporação das vivências, olhares e condições de vida destes atores. Participaram ativamente deste processo, para além da equipe de Serviço Social, trabalhadores da Enfermagem, técnicos-administrativos, profissionais do serviço da Saúde do Trabalhador e estagiários.

Foram construídas as seguintes linhas de atividades: “Mesas de discussão sobre as condições sociais e históricas da população negra no Brasil”, “Saúde da População Negra” e “Violência Obstétrica e Mulher Negra”. Estiveram presentes intelectuais e militantes do Movimento Negro, profissionais do hospital e de outras unidades de saúde.

Os debates levantaram a questão racial de forma contundente e deram visibilidade a um vácuo de discussão sobre o racismo institucional dentro das unidades de saúde, que atinge silenciosamente não só aqueles que necessitam da assistência à saúde, mas também aqueles que ocupam a função de promover o cuidado.

Outras atividades realizadas foram a Feira Cultural Afro e a Exposição Beleza Negra (SILVA; SILVA; LEITE, 2020). Ambas surgiram da aposta de que a sensibilização da comunidade hospitalar, incluindo os usuários, deveria passar também pela intervenção através da cultura e da representatividade. Falar de saúde incluindo as heranças culturais do povo negro, sua culinária, música, arte, religiosidade e imagem.

Dentro desta proposta, a feira foi montada em uma praça que se localiza no pátio interno do hospital, ao ar livre, e montadas barracas com oficinas de artes e indumentárias afrobrasileiras, declamação de poesia, música, maquiagem para pele negra, além de serviços de prevenção, como aferição de pressão arterial, medição de glicemia capilar e orientações, visando à promoção de saúde. No decorrer da feira, fotos de trabalhadores do hospital que se identificavam como negros foram expostas, atividade que no primeiro momento intitulou-se Exposição Beleza Negra.

O Grupo de Estudos

As atividades desenvolvidas confirmaram a inexistência de um projeto institucional de combate ao racismo e, diante desse vácuo, os atores envolvidos criaram o Grupo de Estudos sobre Saúde da População Negra Marielle Franco, um grupo heterogêneo, autônomo e interdisciplinar voltado para o desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações sobre a temática racial e a implementação da PNSIPN (BRASIL, 2009).

Desde 2018, quando o grupo foi constituído, as reuniões têm se dado numa periodicidade média mensal e as atividades são organizadas por um núcleo gestor, composto por trabalhadores que têm se dedicado a desenvolver a temática na unidade.

No ano de 2020, as reuniões, que antes aconteciam presencialmente, passaram a ocorrer de forma remota e foram incorporadas as modalidades de encontros por meio de *lives* e videoconferências, o que possibilitou a manutenção dos debates em meio à crise pandêmica da Covid-19.

Com o aumento do número de participantes internos e externos ao hospital, em 2021 encontra-se em fase de elaboração uma Cartilha de Princípios norteadores do trabalho no grupo, visando à organização e gestão das ações, bem como instituição dos valores que norteiam a existência do grupo, valores estes advindos da Filosofia Ubuntu, que preconiza a força do coletivo e a importância do “Nós” (LOUW, 2010).

Sendo assim, na roda de conversa levantamos algumas provocações que consideramos essenciais na discussão sobre a interface saúde e o racismo. Entendendo a equidade como princípio norteador da Política de Saúde Brasileira, e o racismo como um determinante social, que produz desigualdade dentro

da estrutura da sociedade brasileira, que se expressa em pobreza, baixo índice de acesso à educação, ocupação majoritariamente de postos de trabalho braçal, altos índices de violência e adoecimento, qual nosso papel enquanto trabalhadores da saúde no fomento de ações e práticas que corroborem e implantem de fato as prerrogativas da PNSIPN e enfrentem as expressões cotidianas do racismo na sociedade brasileira?

As reflexões compartilhadas até este momento e as que virão nas seções seguintes deste artigo, sem a pretensão de apresentar uma resposta definitiva a este questionamento, emergem com o intuito de partilha, tanto das inquietações, quanto das experiências concretas que tencionam a superação do racismo e demais mazelas referentes à nossa conformação social, potencializadas pela individualização, desumanização, segregação e expropriação características do capitalismo, em especial nos seus momentos de crise.

Covid-19 e o impacto para população negra e para os profissionais de saúde

A pandemia de Covid-19 surge como um marco histórico para a população mundial, com cobertura extensa midiática, disputas políticas pela narrativa da história e a discussão sobre o impacto da doença no mercado *versus* o impacto do mercado na doença.

Mas os marcos históricos são compostos de momentos vivenciados no cotidiano por pessoas comuns, que compõem a base das instituições e a massa da sociedade.

Ainda que seja alardeada como um mantra frases como “estamos todos no mesmo barco” e “a doença é democrática”, o que se observa na prática é que a pandemia atinge de forma diferente os diversos segmentos da sociedade, tendo como agravantes o gênero, a cor, a classe social e o código de endereçamento postal (CEP). Em resumo, a pandemia é agravada por outro problema crônico e bem conhecido da população brasileira: a desigualdade social.

Não é à toa que a primeira morte confirmada de Covid-19 no Rio de Janeiro foi a de uma mulher, negra, pobre e diarista (MELO, 2020). Ao longo da pandemia foram e são pessoas pertencentes a este perfil as mais atingidas e as mais vitimadas.



início

Concordamos com Araújo Neto (2021 *apud* OLIVEIRA; SILVA, 2021) quando este nos lembra que a desigualdade não é um problema circunscrito à pandemia, ou mesmo à ascensão neoliberal, mas sim um problema estrutural e estruturante do campo da saúde brasileira. Longe de enfraquecer a discussão sobre os impactos da desigualdade e do racismo no momento em tela, a compreensão de que ambos são parte de nosso processo histórico de constituição nos permite enxergar de forma mais nítida as raízes dos problemas que hoje enfrentamos.

Outro mantra repetido à exaustão, o “se puder fique em casa” não consegue atingir boa parte da população, uma vez que os vínculos precarizados de trabalho lançam uma grande parcela de pessoas ao trabalho informal ou a contratos cada vez mais desumanizantes. Neste contexto, poucos puderam (ou podem, ainda nos dias atuais) ficar em casa. Também cabe registrar a aglomeração da população nos meios de transporte coletivo, que contrasta com as orientações de distanciamento social e demais cuidados preventivos à Covid-19.

Outro fator fundamental para compreender o impacto do vírus corona é o entendimento de que o SUS, enquanto espaço de resistência na luta pela garantia de direitos da população, se apresenta como o principal ator estatal na busca pelo efetivo combate à pandemia, ainda que tendo que lidar com uma estrutura vilipendiada ao longo de décadas de desinvestimento, com a desinformação da população ocorrida inclusive pelos meios oficiais de comunicação e pela desassistência de seus trabalhadores.

Tais questões são evidenciadas por Werneck e Carvalho (2020, p. 3) ao indicarem que “a epidemia de Covid-19 encontra a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego e cortes profundos nas políticas sociais”.

Ascensoristas, recepcionistas, maqueiros, vigilantes patrimoniais, copeiras, auxiliares de serviços gerais e muitos outros. Quando falamos dos profissionais heróis da pandemia, invariavelmente observamos a omissão destas categorias. Categorias compostas, em sua maioria, de pessoas pobres e negras. Categorias que foram em muitos lugares as últimas a terem acesso a informações sobre a doença e a equipamentos de proteção individual.



Estes mesmos profissionais, junto a outros negros e pobres que independente do nível de escolaridade, são considerados como categorias subalternas na organização hospitalocêntrica ainda predominante no SUS, além dos problemas pertinentes a suas situações de negros e pobres (como os listados acima), precisam enfrentar a desumanização de seus corpos pelos gestores responsáveis por garantir suas condições seguras de trabalho.

Falar sobre a questão racial durante a pandemia continua sendo tarefa árdua: o preenchimento do quesito raça-cor nos instrumentos de cadastro permanece sendo realizado de forma insipiente, bem como as ponderações sobre os determinantes ligados ao “ser negro” no Brasil (SANTOS *et al.*, 2020). Entre tantas lutas, a pela visibilidade ainda permanece como urgente.

Na seção seguinte, abordamos outro aspecto do trabalhador negro da saúde: a experiência na gestão e os desafios e potenciais que ser um gestor negro apresenta.

A Experiência de uma Mulher Negra à frente da gestão administrativa Hospitalar da Rede Pública na Implementação de Ações de Combate em tempos de pandemia

Uma sensação de servir sendo cumprida é algo inexplicável. Usar o conhecimento técnico, científico e humano adquirido ao longo da construção pessoal e profissional em prol da população, para a melhoria dos acessos, facilitando e proporcionando auxílio ao público interno e externo que necessitam do SUS é um desafio e uma conquista diários.

A administração é considerada como uma atividade meio dentro do Ministério da Saúde - MS, o foco principal deve ser prioritariamente voltado para o paciente, a gestão administrativa serve para dar suporte à assistência, melhorar, otimizar, facilitar o acesso e auxiliar na melhoria dos processos para o público interno e externo.

Chiavenato (2003), nos seus ensinamentos sobre administração, apresenta muitos conceitos e ferramentas que possibilitam a melhoria dos processos de trabalho, com abordagens diversas que podem ser aplicadas. Cabe destacar, também, a necessária utilização da Teoria da Hierarquia das Necessidades, de Maslow (1943 *apud* SILVA, 2017), que evidencia a questão das necessidades a serem atendidas pelo ser humano para sua plena realização,



incluindo no ambiente de trabalho, a saber: fisiológicas, segurança, sociais, autoestima e autorrealização (SILVA *et al.*, 2017).

Os impactos observados pela gestão administrativa durante a pandemia foram grandes, não só em relação ao rápido aumento no número de casos e hospitalizações nas instituições, ausência de insumos necessários para proteção dos profissionais que atuavam na linha de frente, os equipamentos de proteção individual - EPI (com escassez em escala mundial), mas também pela interrupção da demonstração de afeto, por contato físico, que geraram intenso sofrimento mental (TEIXEIRA *et al.*, 2020), pois, não podíamos mais nos tocar, abraçar, beijar.

E dentro de uma unidade hospitalar, identificamos o quanto isso foi tão impactante. Um abraço muitas vezes servia de consolo e intempestivamente nos foi tirado esse laço, pela necessidade de cuidado, de respeito, de evitar o contágio pela preocupação da disseminação do vírus da Covid-19.

- Fomos atingidos em cheio, tudo foi suspenso, a maioria das atividades profissionais entrou em trabalho remoto, mas nós éramos profissionais de saúde, não tínhamos o direito de não nos expormos ao vírus. Como trabalhar a saúde mental dos profissionais? Quem vai cuidar da gente?
- A preocupação com a baixa nos estoques dos insumos no almoxarifado, principalmente por causa do aumento do consumo dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como por exemplo, luvas, capotes, máscaras faciais;
- A escassez dos produtos e insumos, desde o álcool em gel até ao medicamento para a sedação dos usuários que necessitavam ser entubados;
- O aumento da precificação dos itens supracitados e a dificuldade de aquisição dos mesmos;
- A logística, os fluxogramas e os protocolos de atendimentos, a acomodação dos leitos dos pacientes, mudanças das estruturas que a manutenção teve que se adaptar para garantirmos o funcionamento das unidades à pleno vapor (BRASIL, 2020).

Sabendo que o racismo estrutural e institucional muitas vezes nega aos profissionais negros a oportunidade de alcance em cargos de gestão (ALMEIDA, 2018), no trabalho realizado por meio da roda de conversa ora em tela, conseguiu-se dar visibilidade





para uma mulher negra que atua em cargo da Coordenação Administrativa desde 2019 em nível central no Ministério da Saúde no Rio de Janeiro.

Lugar onde nunca havia imaginado estar, numa posição de liderança, dentro de uma unidade de saúde, onde rompeu com barreiras e desembarcou no chão de fábrica, onde tudo acontece, estava agora lidando com o paciente, razão de ser do Ministério da Saúde, existir.

A Saúde da População Negra entra na Roda: principais resultados alcançados

A partir da experiência do trabalho realizado em equipe multiprofissional, verificamos a adesão de várias categorias profissionais das instituições de filiação dos autores bem como de outros cenários, o que trouxe possibilidade de contatos extra muros do evento, mesmo que este tenha ocorrido de modo totalmente on-line.

A temática Saúde Integral da População Negra nos Hospitais Federais do Rio de Janeiro foi desenvolvida no aquilombamento dos autores e demais participantes a partir da contribuição entusiasmada no *chat*, além do uso da voz e imagem ao vivo, com abertura do vídeo e microfone livremente.

Para a avaliação futura da roda de conversa e criação de um banco de dados dos participantes, foi elaborado e aplicado (ao final do evento) um formulário pelos autores, constituído de itens ordenados, tais como: correio eletrônico para contato, autodeclaração de raça/cor (92,3% se autodeclararam negros), formação e instituição de vinculação. Estes foram respondidos via plataforma gratuita do *Google Forms*, com uso da internet pelos interessados na temática, de forma não obrigatória. Cabe destacar que o anonimato dos respondentes será sempre preservado e o intuito foi exclusivamente manutenção do contato para futuros aquilombamentos.

Entre os vários comentários, destacaram-se manifestações relacionadas à apresentação do tema em si, trocas de experiências, compartilhamento de temas da área de saúde da população negra, associação do tema com contextos semelhantes, porém, de décadas passadas, sendo potencializada as estratégias das redes sociais antirracistas.



Para descrever esta relação destaca-se o conceito de interseccionalidade (GELEDÉS; CFEMEA, s.d., p. 29), que enfatiza a complexidade de sentidos e dos territórios, através deste entendimento que se expressa num cenário das relações entre os sujeitos interessados na implementação Política Integral da Saúde da População Negra.

Conclusão

Acreditamos que a efetivação das ações sobre Saúde da População Negra acontece por meio da participação ampla de diversos setores e territórios. É através do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra que serão fortalecidos os vínculos para garantia dos princípios da PNSIPN.

Para tanto, a título de conclusão, ousamos reforçar a importância da inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social na saúde; e ampliação e fortalecimento da participação do Movimento Social Negro nas instâncias de controle social das políticas de saúde, em consonância com os princípios da gestão participativa do SUS, adotados no Pacto pela Saúde.

Além disso, defendemos a adoção da questão racial como categoria central de análise social e, por conseguinte, para embasamento nos estudos da sociedade brasileira, como forma de melhor compreensão da realidade e dos elementos que a permeiam.

Por fim, continuamos em nosso esforço de propor estratégias, soluções e avanços a problemas tão presentes na realidade brasileira e, ao mesmo tempo, tão invisibilizados.

Referências

ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 992 de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html>. Acesso em: 05 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. Protocolo de manejo clínico da Covid-19 na Atenção Especializada [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. 1. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/especial/covid19/pdf/105>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS/Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

CAMPOS, F. F. *Chão de Fábrica*. Rio de Janeiro - RJ, 2021.

CHIAVENATO, I. *Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. *As causas das iniquidades em saúde no Brasil: relatório final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde*. Brasília, 2008. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/causas_sociais_iniquidades.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. *Semana de Inovação 2021*. Política nacional de saúde integral da população negra e os hospitais federais: retrospectivas, perspectivas e prospectivas. Disponível em: <<https://semanadeinovacao.enap.gov.br/index.php>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra; CFEMEA - Centro Feminista de Estudo e Assessoria. *Guia de enfrentamento do racismo institucional*. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Indicadores sociais mínimos. *In: Censo 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS.

Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.

JESUS, V. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental 11 Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *Saúde e Sociedade [online]*, v. 29, n. 2, 11 maio 2020. ISSN 1984-0470. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

LOUW, D. Dirk Louw: Ser por meio dos outros: o ubuntu como cuidado e partilha. *In: IHU On-Line Revista do Instituto Humanista Unisinos*, n. 353, 2010 Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/353>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade [online]*, n. 133, p. 463-479, 2018. ISSN 2317-6318. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>>. Acesso em: 04 dez. 2021.

MELO, M. L. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. *UOL Notícias*, 19 mar. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

NASCIMENTO, A. *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Segunda edição das obras o genocídio do negro brasileiro sitiado em Lagos. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2002a.

NASCIMENTO, A. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília: Fundação Palmares; Rio de Janeiro: OR Editor Produtor, 2002b, p. 269-274. *In: Quilombismo: um conceito científico histórico-social*. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/arquivos/ensaistas/qQuilombismo_um_conceito_cientifico_historico-social.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíaspóra: Revista do mundo negro*, n. 6-7, Ipeafro, 1985.

OLIVEIRA, E. S.; SILVA, L. R. (org.). *Diálogos para além da pandemia*. Rio de Janeiro: Tekoá, 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS;
 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. *Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)*. Brasil: OPAS, 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

RATTS, A. *Eu sou Atlântica* - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Instituto Kuanza. Imprensa Oficial: SP, 2006. 138 p.

SANTOS, M. P. A. et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados [online]*, v. 34, n. 99, p. 225-244, 10 jul. 2020. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>>. Acesso em: 04 dez. 2021.

SILVA, V. C.; SILVA, L. R.; LEITE, L. S. Atividades sobre saúde da população negra desenvolvidas em um hospital federal do Rio de Janeiro. *Revista Saúde em Foco*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 34-42, 2020.

SILVA, V. L. et al. Análise da motivação de pessoas: um estudo baseado em princípios da Hierarquia de Necessidades de Maslow. *Revista FOCO*, v. 10, n. 2, jan./jul. 2017. Disponível em: <<https://revistafoco.emnuvens.com.br/foco>>. Disponível em: <<https://doi.org/10.21902/jbslawrev.%20foco.v10i2.186>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

TEIXEIRA, C. F. C. et al. A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*, v. 25, n. 9, p. 3465-3474, set. 2020. ISSN 1678-4561. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.19562020>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

TEIXEIRA, E. F.; FLORES, E. C. Abdias do Nascimento: experiências e escritos para a educação étnico-racial. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 17., 2016, João Pessoa. Anais Eletrônicos [...]. João Pessoa: Associação Nacional de História – Seção Paraíba, 2016. e-ISSN: 2359-2796. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieeh/xviiieeh/paper/view/3283>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cad. Saúde Pública*, 36(5), 2020. Disponível em: <<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static//arquivo/1678-4464-csp-36-05-e00068820.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade [online]*, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. ISSN 1984-0470. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

Notas

1 O racismo ambiental pode ser conceituado como “qualquer política, prática ou diretiva conduzida por instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares que afete ou prejudique racialmente, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, as condições ambientais de moradia, trabalho ou lazer de pessoas, grupos ou comunidades” (BULLARD, 2005 apud JESUS, 2020). ↑

2 Racismo institucional: “o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça” (ALMEIDA, 2018, p. 29); Racismo estrutural: “o racismo transcende o âmbito da ação individual [...] é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (ALMEIDA, 2018, p. 36-38). ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em novembro de 2022 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).